



CONCURSO PÚBLICO

010. PROVA OBJETIVA

PEDAGOGO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **08**.

Redes pessoais e vulnerabilidade social

Redes sociais têm sido cada vez mais consideradas como elementos importantes na construção de uma grande variedade de processos, desde a mobilização política em movimentos sociais ou partidos políticos, **até** as ações e a estrutura de relações formais e informais entre as elites políticas e econômicas **ou** na estruturação de áreas de políticas públicas, entre muitos outros temas. Número significativo de estudos tem examinado as redes pessoais, aquelas que cercam os indivíduos em particular. Essas análises visam a estudar os efeitos da sociabilidade de diversos grupos sociais, para compreender como os laços sociais são construídos e transformados e suas consequências para fenômenos como integração social, imigração e apoio social.

No caso específico da pobreza, a literatura tem estabelecido de forma cada vez mais eloquente como tais redes medeiam o acesso a recursos materiais e imateriais e, ao fazê-lo, contribuem de forma destacada para a reprodução das condições de privação e das desigualdades sociais. A integração das redes ao estudo da pobreza pode permitir a construção de análises que escapem dos polos analíticos da responsabilização individual dos pobres por sua pobreza (e seus atributos), assim como de análises sistêmicas que foquem apenas os macroprocessos e constrangimentos estruturais que cercam o fenômeno.

A literatura brasileira sobre o tema tem sido marcada por uma oposição entre enfoques centrados nesses dois campos, embora os últimos anos tenham assistido a uma clara hegemonia dos estudos baseados em atributos e ações individuais para a explicação da pobreza. Parece-nos evidente que tanto constrangimentos e processos supraindividuais (incluindo os econômicos) quanto estratégias e credenciais dos indivíduos importam para a constituição e a reprodução de situações de pobreza. Entretanto, essas devem ser analisadas no cotidiano dos indivíduos, de maneira que compreendamos de que forma medeiam o seu acesso a mercados, ao Estado e às trocas sociais que provêm bem-estar.

(Eduardo Marques, Gabriela Castello e Renata M. Bichir.
Revista USP, nº 92, 2011-2012. Adaptado)

- 01.** É correto afirmar que esse texto se dedica, principalmente, a
- (A) denunciar equívocos frequentes nos estudos sobre a pobreza.
 - (B) criticar o tratamento dado ao tema “pobreza” pelos estudiosos de redes sociais.
 - (C) discutir o papel das elites econômicas no incentivo ao consumo.
 - (D) expor contribuições das redes pessoais para o estudo da pobreza.
 - (E) apontar medidas capazes de minimizar o problema da desigualdade social.

- 02.** De acordo com o texto, um dos aspectos positivos do recurso às redes pessoais para análise da pobreza está em
- (A) desvincular-se da perspectiva analítica de estudos que atribuem a responsabilidade pela pobreza ao pobre ou à ação de elementos acima do plano individual.
 - (B) condensar informações pessoais e grupais, para conhecer os benefícios à disposição dos cidadãos e possibilitar-lhes melhores recursos materiais e imateriais.
 - (C) desfazer a crença de que a sociabilidade é um fenômeno que depende de o indivíduo abandonar as condições de pobreza e buscar a própria felicidade.
 - (D) facilitar a mobilização de grupos de interesse (econômico, político) com o objetivo social definido de remover obstáculos à ascensão social.
 - (E) possibilitar aos menos favorecidos acesso a recursos econômicos, além de promover a integração deles a outros grupos.

- 03.** Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas da afirmação:

A relação de sentido estabelecida no contexto pelas expressões destacadas no primeiro parágrafo é de _____ e tem equivalente na expressão em destaque na passagem _____.

- (A) abrangência ... “análises sistêmicas que foquem **apenas** os macroprocessos”
- (B) limite temporal ... “de forma **cada vez mais** eloquente”
- (C) alternância ... “**desde** a mobilização política em movimentos sociais”
- (D) limite espacial ... “aquelas que cercam os indivíduos **em particular**”
- (E) inclusão ... “**assim como** de análises sistêmicas”

Para responder às questões de números **04** a **06**, considere esta passagem do texto:

(I) A literatura brasileira sobre o tema tem sido marcada por uma oposição entre enfoques centrados nesses dois campos, (II) **embora os últimos anos tenham assistido** (III) a uma clara hegemonia dos estudos baseados em atributos e ações individuais (IV) **para a explicação da pobreza**.

- 04.** Assinale a alternativa contendo afirmação correta.

- (A) O trecho (II) expressa, em relação ao (I), a ideia de restrição, podendo ser substituído por “contanto que os últimos anos assistiram”.
- (B) O trecho (IV) expressa, em relação ao (III), a ideia de intenção, podendo ser substituído por “enfim explicando a pobreza”.
- (C) O trecho (II) expressa, em relação ao (I), a ideia de concessão, podendo ser substituído por “apesar de os últimos anos terem assistido”.
- (D) O trecho (II) expressa, em relação ao (I), a ideia de limitação, podendo ser substituído por “desde que os últimos anos assistiram”.
- (E) O trecho (IV) expressa, em relação ao (III), a ideia de proximidade, podendo ser substituído por “ao encontro da explicação da pobreza”.

05. As palavras “hegemonia” e “atributos” têm sinônimos adequados ao contexto em:

- (A) supremacia e concessões.
- (B) preponderância e peculiaridades.
- (C) identidade e qualidades.
- (D) disparidade e valores.
- (E) decadência e atrativos.

06. A expressão verbal “tem sido marcada” exprime a noção de ação

- (A) interrompida no tempo.
- (B) encerrada no presente.
- (C) inconclusa no tempo.
- (D) concluída em passado remoto.
- (E) contínua em passado recente.

07. Assinale a alternativa em que a concordância, nominal e verbal, está de acordo com a norma-padrão.

- (A) Foi observado, muito recentemente, a importância das redes sociais quando se tratam de vários processos sociais.
- (B) Já houveram evidências de que as redes sociais são o meio melhor indicado para fornecer informações sobre a pobreza.
- (C) Tanto as desigualdades sociais quanto a reprodução das condições de privação vem sendo associada à ação das redes sociais.
- (D) Graças aos estudos atuais, o fenômeno da pobreza têm sido o menos possível associados a ações individuais.
- (E) Constataram-se cerca de 50% dos estudos atuais examinando as redes pessoais, mas não há ainda conclusões bastantes sobre o tema.

08. Assinale a alternativa em que o trecho destacado está reescrito de acordo com a norma-padrão de emprego de pronomes.

- (A) ... constrangimentos estruturais que **cercam o fenômeno [cercam-lo]**.
- (B) ... como tais redes **medeiam o acesso [medeiam-no]**.
- (C) Número significativo de estudos **tem examinado as redes pessoais [tem examinado elas]**.
- (D) ... trocas sociais que **provêm bem-estar [provêm-lhe]**.
- (E) Essas análises visam a **estudar os efeitos da sociabilidade [estudar eles]**.

Leia o texto, para responder às questões de números 09 a 14.

Organograma

Dizem que em matéria de organização aquele Ministério é de amargar. De vez em quando um processo cai no vazio e desaparece para nunca mais. Por quê? Porque o único Ministro que se lembrou de organizá-lo, segundo me contaram, tinha mania de organização.

Mania oriunda de uma sensibilidade estética o seu tanto exacerbada, capaz de exteriorizar-se em requintes de planejamento burocrático. Aparentemente, essa marca de sua personalidade condizia com as altas funções que já lhe cabiam.

Mas só aparentemente: a primazia do fator estético, feito de equilíbrio, proporção e harmonia, passou a ser a determinante principal de todos os seus atos – tudo mais no Ministério que se danasse. Como no remédio para nascer cabelo: não nascia, mas dava brilho.

Dizem que, quando tomou posse do cargo, a primeira coisa que fez foi encomendar a confecção de um artístico organograma. Quando lhe trouxeram o trabalho, encomendado no Departamento do Pessoal, que por sua vez o encomendou a um desenhista particular, o Ministro não fez mais nada a não ser estudar a galharia daquela árvore geométrica, em função da qual as atividades de sua Pasta passariam a desenvolver-se.

– Este organograma está uma droga. Não posso depender uma coisa destas na parede de meu gabinete.

Pôs-se imediatamente a inventar novas repartições, serviços disso e daquilo – tudo fictício, irreal, imaginário – para estabelecer o equilíbrio organogramático com departamento disso, departamento daquilo.

O certo é que o novo organograma foi executado, e todo aquele que tivesse a ventura de penetrar em seu gabinete podia admirá-lo.

– Tudo isso sob seu controle, Ministro?

– Para você ver, meu filho: se não fosse eu, todo esse complexo administrativo já teria desabado para um lado, como uma árvore desgalhada.

Dizem, mesmo, que até hoje o magnífico organograma figura no tal Ministério, como uma das mais importantes realizações de sua gestão.

(Fernando Sabino, *A mulher do vizinho*. Adaptado)

09. Segundo o texto, a mania de organização do Ministro

- (A) serviu de base para estruturar uma Pasta com várias novas e eficientes seções.
- (B) foi responsável pelo reconhecimento público da eficácia do trabalho da Pasta.
- (C) fez com que os atos dele priorizassem o bom funcionamento da Pasta.
- (D) resultou num organograma que não passou de peça decorativa em seu gabinete.
- (E) criou um clima de valorização estética no ambiente do Ministério.

10. No contexto das passagens – **Dizem** que em matéria de organização... (1º parágrafo) / **Dizem** que, quando tomou posse do cargo ... (4º parágrafo) –, o efeito de empregar o verbo na 3ª pessoa do plural é expressar a ideia de que
- (A) o narrador pretende criar efeito de suspense.
 - (B) a informação prestada não é digna de crédito.
 - (C) o agente da ação é incerto, não identificado.
 - (D) a fonte da afirmação é o próprio narrador.
 - (E) a ação verbal não foi efetivamente praticada.
11. A alternativa contendo palavras que afirmam o sentido contrário das destacadas em – Mania oriunda de uma sensibilidade estética o seu tanto **exacerbada...** / a **primazia** do fator estético, feito de equilíbrio, proporção e harmonia, passou a ser a determinante principal de todos os seus atos ... – é:
- (A) abrandada e excelência.
 - (B) acomodada e excesso.
 - (C) ordinária e consideração.
 - (D) amenizada e menosprezo.
 - (E) indefinida e precedência.
12. É caracterizada pelo emprego de palavra(s) em sentido figurado a passagem:
- (A) ... a primeira coisa que fez foi encomendar a confecção de um artístico organograma.
 - (B) ... o Ministro não fez mais nada a não ser estudar a galharia daquela árvore geométrica...
 - (C) ... todo aquele que tivesse a ventura de penetrar em seu gabinete podia admirá-lo.
 - (D) ... essa marca de sua personalidade condizia com as altas funções que lhe cabiam.
 - (E) Dizem, mesmo, que até hoje o magnífico organograma figura no tal Ministério...
13. Assinale a alternativa em que os verbos destacados nas passagens – Aparentemente, essa marca de sua personalidade **condizia** com as altas funções que lhe **cabiam**. / se não **fosse eu**, todo esse complexo administrativo já **teria desabado** para um lado... – estão em correlação adequada, segundo a norma-padrão.
- (A) condisse ... couberam ... formos nós ... desabará
 - (B) condiz ... couberem ... eram vocês ... desaba
 - (C) condiria ... cabem ... era eu ... desabava
 - (D) condirá ... coubessem ... fôramos nós ... desabou
 - (E) condissera ... caberiam ... seriam eles ... desabaria
14. A passagem do texto em que, de acordo com a norma-padrão, o pronome destacado pode ser colocado antes ou depois do verbo a que se vincula é:
- (A) ... capaz de exteriorizar-**se** em requintes de planejamento...
 - (B) ... essa marca de sua personalidade condizia com as altas funções que já **lhe** cabiam.
 - (C) Quando **lhe** trouxeram o trabalho, encomendado no Departamento do Pessoal...
 - (D) Pôs-**se** imediatamente a inventar novas repartições...
 - (E) ... tudo mais no Ministério que **se** danasse...
15. Assinale a alternativa cujo enunciado se apresenta de acordo com a norma-padrão de pontuação e emprego do sinal de crase.
- (A) A cidade de São Bonifácio, incrustada nas encostas da Serra Geral de Santa Catarina, à 70 quilômetros de Florianópolis é um lugar de muitas curiosidades.
 - (B) A imigração alemã que dá origem à São Bonifácio vincula-se as grandes migrações, do início do século XIX.
 - (C) A origem do município de São Bonifácio, está ligada à criação da Colônia Teresópolis, unificada com à Colônia Santa Isabel.
 - (D) A emigração de trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais respondia à uma estratégia de Estado para diminuir às formas de pressão internas.
 - (E) O professor pediu a Egon, seu filho, que limpasse os sapatos do governador, sujos de barro devido ao acesso difícil à nossa localidade na época.

LEGISLAÇÃO

- 16.** A respeito do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa correta, conforme a Lei nº 8.112/1990.
- (A) Servidor é a pessoa legalmente investida do serviço público.
 - (B) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
 - (C) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros natos, são criados por lei complementar, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos.
 - (D) É absolutamente proibida a prestação de serviços gratuitos.
 - (E) O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente do Poder Executivo, ainda que se trate de cargo da estrutura de outro Poder.
- 17.** É requisito básico para investidura em cargo público, segundo a Lei nº 8.112/1990,
- (A) a nacionalidade originária brasileira.
 - (B) o gozo dos direitos sociais.
 - (C) quitação com as obrigações militares e eleitorais.
 - (D) ensino médio completo, no mínimo.
 - (E) idade mínima de dezesseis anos.
- 18.** A realização de concurso público para a seleção de profissionais integrarem o serviço público é mandamento constitucional, excetuadas algumas situações específicas, tais como a dos cargos em comissão demissíveis *ad nutum*. A respeito do concurso público, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.112/1990, que
- (A) o concurso será de provas e títulos, devendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuser o respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital.
 - (B) o concurso público terá validade de 4 (quatro) anos, se o seu prazo for prorrogado uma única vez.
 - (C) o prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado na internet e em periódicos especializados de grande circulação.
 - (D) não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
 - (E) a nomeação para cargo técnico em comissão depende de prévia habilitação em processo seletivo simplificado, obedecida a ordem de classificação, em razão do princípio da moralidade e impessoalidade.
- 19.** Fulano da Silva é servidor público federal e há seis meses vem se recuperando de acidente ocorrido fora do ambiente de trabalho que lhe causou cegueira total permanente, perda da função motora nos membros superiores e perda da capacidade de fala. A limitação da sua capacidade por decorrência do acidente foi verificada em inspeção médica. A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.112/1990, que
- (A) se julgado incapaz para o serviço público, Fulano será exonerado a bem do serviço público.
 - (B) caso seja possível a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação, ocorrerá a chamada recondução do servidor.
 - (C) caso a nova condição física de Fulano se mostre incompatível com qualquer função no serviço público, ele poderá optar pela aposentadoria ou pela disponibilidade, caso no qual aguardará eventual recuperação sem recebimento de quaisquer vencimentos.
 - (D) Fulano permanecerá como servidor público em licença médica renovável após avaliação médica até a sua plena recuperação ou a sua aposentadoria por idade, o que ocorrer primeiro.
 - (E) eventual readaptação do servidor será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos.
- 20.** Com base na Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que poderá o servidor ausentar-se do serviço por
- (A) uma manhã ou uma tarde, para doação de sangue.
 - (B) 8 (oito) dias consecutivos em razão de casamento.
 - (C) 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor.
 - (D) 8 (oito) dias úteis em razão de falecimento do cônjuge.
 - (E) 2 (dois) dias, em caso de divórcio ou separação judicial.

- 21.** A universidade federal X, criada por lei como autarquia, pretende fazer a contratação de obra de engenharia para a instalação de um novo prédio administrativo, sem qualquer relação com as atividades de ciência, tecnologia e inovação. Como a universidade não possui orçamento para a realização da obra em 2019, pretende incluir no edital de licitação a obrigatoriedade de que a empreiteira obtenha os recursos financeiros necessários à execução da obra, de maneira que a integridade do valor do contrato seja pago apenas no exercício de 2020, com a obra entregue e o prédio em pleno funcionamento. Sem recursos igualmente para a contratação prévia de projeto básico e executivo, a universidade espera transferir ainda ao vencedor da licitação a atribuição de realizar os projetos necessários à construção da obra, inclusive o projeto básico. A respeito da situação hipotética descrita, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.666/1993, que
- (A) é vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, o que não é o caso da situação descrita.
 - (B) no caso descrito, é possível a publicação do edital de licitação apenas com o anteprojeto de engenharia aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.
 - (C) embora haja parcelas da obra a serem executadas no exercício de 2019, não há necessidade de previsão de recursos que assegurem o pagamento dessas obrigações nesse ano, sendo possível a realização da licitação com base apenas na expectativa dos dirigentes da autarquia de inclusão dos recursos necessários no orçamento referente a 2020, quando deverão ser feitos os pagamentos.
 - (D) não haverá vedação à participação na licitação por parte do autor do projeto básico ou executivo, neste caso, por se pretender transferir a responsabilidade pela elaboração do projeto para o empreiteiro licitante.
 - (E) independentemente do valor do contrato, a licitação deverá ocorrer pela modalidade concorrência, por se tratar de obra de engenharia licitada apenas com base em anteprojeto, transferindo-se a incumbência da elaboração do projeto básico e executivo para o contratado.
- 22.** A respeito da realização de compras de bens pela Administração Pública, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.666/1993, que deverão
- (A) atender ao princípio da especificação, que imponha compatibilidade de definições técnicas e de desempenho, garantidas, quando for o caso, as condições mais econômicas de manutenção, assistência técnica e as mais longas garantias oferecidas no mercado.
 - (B) ser observadas a especificação completa do bem a ser adquirido com indicação de marcas sempre que houver preferência justificada por um determinado fornecedor.
 - (C) ser processadas por meio de sistema de registro de preços, sempre que possível.
 - (D) submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às de outros entes públicos, ainda que em outros países.
 - (E) ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para a realização da licitação pelas modalidades mais simples, visando a economicidade e a eficiência da contratação.
- 23.** Com base na Lei nº 8.666/1993, é dispensável a licitação
- (A) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, autorizado acréscimo de no máximo 10% (dez por cento) no valor do contrato.
 - (B) quando a União, o Estado, o Distrito Federal e o Município tiverem que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
 - (C) para a compra ou locação de automóveis destinados ao atendimento das finalidades precípua da administração, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
 - (D) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
 - (E) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base na média de preços dos últimos 90 (noventa) dias.

24. É relativamente comum a participação de consórcios de empresas em licitações públicas. A esse respeito, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.666/1993, que

- (A) o consórcio deverá estar constituído há ao menos 12 (doze) meses da data da publicação do edital para que possa participar da licitação.
- (B) todas as empresas que integram o consórcio terão as mesmas responsabilidades e participação no valor do contrato, representando de forma igual o consórcio junto à Administração, sem a indicação de empresa líder.
- (C) há responsabilidade limitada dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, ao valor aportado no ato de formação do consórcio.
- (D) há proibição de realização de consórcio envolvendo ao mesmo tempo empresas brasileiras e estrangeiras no caso de obras de engenharia.
- (E) há impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

25. Constitui motivo para rescisão do contrato, com base na Lei nº 8.666/1993,

- (A) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.
- (B) razões de interesse público de conhecimento da Administração justificadas por mudança na liderança do órgão público contratante em razão do resultado de prévio pleito eleitoral.
- (C) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, quando meramente alegada pela Administração ou comprovada pelo contratado, impeditiva da execução do contrato.
- (D) a suspensão de sua execução, por ordem verbal da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública.
- (E) a decretação de recuperação judicial ou a instauração de processo de intervenção administrativa.

26. Considere a seguinte tela do Windows 7 em sua configuração padrão:



Assinale a alternativa que apresenta o resultado esperado ao executar uma vez o atalho de teclado “tecla Windows + M”.

- (A) As três janelas abertas serão ajustadas lado a lado.
- (B) As três janelas abertas serão ajustadas uma embaixo da outra.
- (C) A janela do Windows Internet Explorer será selecionada.
- (D) A janela selecionada será maximizada.
- (E) As três janelas abertas serão minimizadas.

27. Um usuário entra no site da VUNESP por meio do Windows Internet Explorer em sua configuração padrão. Em seguida, ele seleciona o trecho de texto destacado na imagem a seguir e pressiona simultaneamente as teclas “CTRL” e “C”.



HOME > QUEM SOMOS

QUEM SOMOS

A Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista - VUNESP - é uma fundação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e suas principais atividades são: planejar, organizar, executar e supervisionar o concurso Vestibular da Unesp; realizar vestibulares e concursos diversos para outras instituições e promover as atividades de pesquisa e extensão de serviços à comunidade, na área educacional.

O usuário cria um novo documento no MS-Word 2010, em sua configuração padrão. Nesse documento, ele clica na primeira linha da primeira página e pressiona as teclas “CTRL” e “V”, simultaneamente. Assinale a alternativa que apresenta o resultado esperado após a realização dessas ações.

- (A) A página web inteira será colada no documento com a formatação original.
- (B) A página web inteira será colada no documento sem a formatação original.
- (C) Apenas a formatação original da página web será aplicada ao documento.
- (D) O texto selecionado será colado no documento.
- (E) A URL da página web será colada no documento.

28. No MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, o recurso “Colar Especial” permite, entre outras funcionalidades, colar os Valores ou as Fórmulas. Ao copiar uma célula que tem como conteúdo uma fórmula e utilizar o recurso “Colar”, por padrão, será feita uma cópia

- (A) da fórmula com formatação.
- (B) da fórmula sem formatação.
- (C) do valor com formatação.
- (D) do valor sem formatação.
- (E) da formatação, apenas.

29. Considere a seguinte tabela, editada no MS-Excel 2010 em sua configuração padrão.

| | A | B | C |
|---|---|-------|--|
| 1 | Template | Nome | Mensagem |
| 2 | Olá \${NOME}, Gostaria de informar que sua documentação está pronta para retirada. | Jorge | Olá Jorge, Gostaria de informar que sua documentação está pronta para retirada. |
| 3 | Att, | | Att, |
| 4 | | | |

A célula C2 contém a fórmula:

- (A) =SUBSTITUIR(A2;"NOME";B2)
- (B) =SUBSTITUIR(A2;"\${NOME}";B2)
- (C) =TEMPLATE(A2;"NOME";B2)
- (D) =TEMPLATE(A2;"\${NOME}";B2)
- (E) =BUSCAR(A2;"\${NOME}";SUBSTITUIR(B2))

30. No buscador de páginas web Google, a palavra-chave utilizada para buscar arquivos com determinadas extensões, como PDF, DOCX, XLS etc, é

- (A) file.
- (B) extension.
- (C) filetype.
- (D) typefile.
- (E) type.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 31.** Apenas recentemente, na literatura educacional brasileira, têm surgido trabalhos que discutem o tema da avaliação educacional no Ensino Superior. Se desejamos que os estudantes desenvolvam um pensamento criativo e reflexivo, por exemplo, teremos de desenhar um currículo compatível com essa expectativa, o que implica não somente selecionar novos conteúdos e competências para serem trabalhados com os alunos, mas repensar de modo amplo os diversos aspectos do processo de ensino-aprendizagem, incluindo as práticas de avaliação que estamos utilizando no ensino universitário. Isso porque as experiências de avaliação proporcionadas aos estudantes
- (A) são determinantes na escolha da carreira que irão seguir.
 - (B) influenciam suas atitudes futuras em relação à aprendizagem.
 - (C) quando em grande quantidade, favorecem a aprendizagem.
 - (D) são molas propulsoras para estimular os alunos a estudarem.
 - (E) ainda não têm contribuído para o prosseguimento na carreira.
- 32.** A gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada. Ela precisa estar para além dos padrões vigentes, comumente desenvolvidos pelas organizações burocráticas. A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica
- (A) a abolição de toda e qualquer forma de autoridade do diretor dos estabelecimentos públicos de ensino.
 - (B) a substituição dos cargos de chefia como direção, coordenação e supervisão por conselhos escolares.
 - (C) a eleição, pela comunidade escolar, de todos os cargos de chefia, já que a forma de provimento no cargo define o tipo de gestão.
 - (D) a compreensão da participação como construção da cidadania circunscrita aos limites da prática educativa.
 - (E) o aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão.
- 33.** A meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005 de 2014) prevê a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. Uma das estratégias para o alcance dessa meta é
- (A) institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.
 - (B) aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão e elevando o padrão de qualidade das universidades.
 - (C) promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.
 - (D) fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado.
 - (E) combinar formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.
- 34.** De acordo com o artigo 44 da Lei nº 9.394/96, LDBEN, a educação superior abrangerá os cursos e programas
- (A) de educação profissional, de educação especial, de educação a distancia, de extensão.
 - (B) de preparação de professores para a educação infantil, para o ensino fundamental e para o ensino médio.
 - (C) sequenciais por campo de saber, de graduação, pós-graduação e de extensão.
 - (D) de educação profissional e tecnológica, de educação de jovens e adultos, de graduação.
 - (E) de ciências humanas, exatas e da terra, biológicas e tecnológicas, na forma da lei.
- 35.** A política de cotas para negros na educação superior no Brasil tem despertado debate intenso, especialmente porque, via de regra, essas discussões trazem, de forma implícita ou explícita, concepções de racismo e discriminação presentes na sociedade brasileira. Sobre a política de cotas, é correto afirmar que
- (A) consiste numa ação afirmativa de superação de desigualdades.
 - (B) fere a igualdade de direitos.
 - (C) é perigosa e ilegal, pois contraria a autonomia universitária.
 - (D) é injusta, pois a pobreza não atinge apenas os negros.
 - (E) é equivocada, pois desconsidera o mérito daqueles que se esforçaram.

36. A Universidade tem uma função democratizadora e isso justifica os esforços para concretizar a expansão do sistema educacional em todo o mundo. O direito à educação passou a ser considerado parte do conceito de cidadania, assim como o direito ao voto, à assistência social, ao salário-mínimo, às melhores condições de trabalho e aos direitos trabalhistas. O sistema educacional e, principalmente, a educação superior teriam por função oportunizar a todos igual participação nos espaços sociais. Para tanto, são implantadas as ações afirmativas que se definem como
- (A) políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade formal como princípio jurídico a ser respeitado por todos, independentemente do contexto.
 - (B) estratégias de inclusão planejadas para além de cada realidade e de cada momento histórico, pensadas a partir de uma perspectiva multinacional e não local.
 - (C) políticas públicas e privadas que têm como objetivo coibir a discriminação do presente e não eliminar os efeitos persistentes da discriminação do passado.
 - (D) políticas públicas e privadas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de origem nacional e de compleição física.
 - (E) medidas especiais e permanentes que buscam resolver as consequências de um passado discriminatório favorecendo a igualdade de todos os cidadãos perante a lei.
37. A construção do projeto político-pedagógico (PPP) é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central. Pelo menos sete elementos básicos são constitutivos do PPP: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho, a avaliação. Na construção do PPP, o currículo deve
- (A) ser um instrumento neutro, sem ideologia.
 - (B) ser histórico e culturalmente determinado pela cultura popular.
 - (C) expelir toda forma de controle social.
 - (D) ser dinâmico e propor uma simplificação do conhecimento científico.
 - (E) inter-relacionar o conhecimento em torno de uma ideia integradora.
38. A temática das práticas avaliativas tem ganhado cada vez mais relevância nas discussões promovidas no âmbito da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e, conseqüentemente, no campo das universidades federais. A avaliação, enquanto relação dialógica, vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e também pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão. Dessa forma, a avaliação passa a exigir que o professor estabeleça com o aluno uma relação
- (A) racional-legal.
 - (B) epistemológica.
 - (C) burocrática.
 - (D) liberal.
 - (E) neutra.
39. O princípio da gestão democrática deve ser desenvolvido em todos os sistemas de ensino e escolas públicas do país. Ocorre, contudo, que, como não houve a normatização necessária dessa forma de gestão nos sistemas de ensino, ela vem sendo desenvolvida de diversas formas e a partir de diferentes denominações: gestão participativa, gestão compartilhada, co-gestão etc. A despeito das diferenças de denominação, são elementos indispensáveis à gestão democrática:
- (A) discussão, racionalização, reflexão e ação.
 - (B) política, cultura, sociedade e economia.
 - (C) autonomia, diversidade, racionalidade e impessoalidade.
 - (D) participação, pluralismo, autonomia e transparência.
 - (E) individualidade, impessoalidade, participação e debate.
40. A Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005 de 2014) visa garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, uma política nacional de formação dos profissionais da educação assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Uma das estratégias para a consecução dessa meta é
- (A) expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.
 - (B) favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado.
 - (C) valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação.
 - (D) ampliar a assistência financeira da União aos entes federados para implementação do piso salarial nacional profissional.
 - (E) estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

41. No seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a UFABC elencou como seus fundamentos conceituais a excelência acadêmica, a interdisciplinaridade e a inclusão social. Com isso, sinalizou o tripé de sustentação desse plano, indicando a diretriz conceitual do processo de desenvolvimento a ser elaborado. Nesse documento, a definição de excelência acadêmica que deve ser adotada na UFABC abrange

- (A) o uso de todo recurso financeiro em prol da pesquisa de qualidade.
- (B) o ensino, a pesquisa, a extensão, a inclusão e a gestão universitária.
- (C) a contratação de professores mestres e doutores com nível de excelência.
- (D) o uso de todo recurso financeiro em prol do ensino de qualidade.
- (E) o controle da eficiência dos servidores e docentes da universidade.

42. Acerca do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, estabelece que

- (A) cinquenta por cento das vagas, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda total de um salário-mínimo e meio.
- (B) as vagas serão preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas em número inversamente proporcional ao total desses grupos na unidade da Federação onde está instalada a instituição.
- (C) no caso de não preenchimento das vagas reservadas para estudantes de escolas públicas, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes estrangeiros.
- (D) no caso de não preenchimento das vagas reservadas para estudantes de escolas públicas, cinquenta por cento das vagas remanescentes só poderão ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas.
- (E) em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas serão reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Considere o texto a seguir para responder às questões de números 43 e 44.

A recente ampliação da oferta de vagas nas formações de graduação abriu oportunidades para uma mudança expressiva do perfil estudantil. As ampliações aumentaram quantitativamente o acesso à universidade em relação a épocas imediatamente anteriores. Resultante de vários fatores, como oferta de vagas em cursos presenciais noturnos, implantação de políticas de ações afirmativas, novas formas de ingresso e aumento da oferta de vagas na modalidade semipresencial ou a distância, o perfil estudantil sofreu uma mudança qualitativa que impactou sensivelmente as demandas de formações de graduação.

(Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares, 2010)

43. No contexto mencionado, a proposta de implantação dos Bacharelados Interdisciplinares (BI), de acordo com o documento citado, constitui

- (A) uma boa intenção com uma implementação equivocada, visto que criou uma justaposição de partes de diferentes cursos de graduação, sem o estabelecimento de diálogo entre elas.
- (B) uma proposta que inicialmente tem a configuração de regime de ciclos, mas que, posteriormente, adquire o formato tradicional dos regimes seriados, provocando pouca inovação na estrutura universitária.
- (C) uma proposição alternativa aos modelos de formação das universidades europeias do século XIX, que ainda predominam no Brasil, apesar de superados em seus contextos de origem.
- (D) um formato diferenciado de formação no qual o primeiro ciclo de estudos, de caráter opcional, estará dedicado à formação profissional em áreas específicas do conhecimento.
- (E) um formato diferenciado de formação no qual o segundo ciclo de estudos, de caráter obrigatório, compreende a pós-graduação para alunos egressos do Bacharelado Interdisciplinar.

44. O processo de formação dos Bacharelados Interdisciplinares deve favorecer a adoção de metodologias ativas de ensino e aprendizagem, de maneira a fomentar o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes. Para tanto, a sistemática de avaliação da aprendizagem deverá, conforme o documento citado, incluir processos de naturezas

- (A) multidisciplinares e transdisciplinares.
- (B) interdisciplinares e multidisciplinares.
- (C) formativa, didática e classificatória.
- (D) diagnóstica, formativa e somativa.
- (E) prática e teórica.

Considere o texto a seguir para responder às questões de números 45 a 47.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

45. A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Já para a avaliação das instituições, de acordo com o parágrafo 2º, artigo 3º da Lei, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais

- (A) a autoavaliação e a avaliação externa no próprio lugar.
- (B) questionários aplicados à comunidade no entorno da instituição.
- (C) aplicação de provas objetivas e dissertativas aos docentes.
- (D) análise do perfil dos estudantes egressos da instituição.
- (E) aplicação de testes de eficiência dos funcionários da instituição.

46. Segundo o artigo 4º da referida lei, a avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo

- (A) compreender a relevância do curso na melhoria do entorno da instituição e na elevação do padrão de vida dos alunos egressos após 5 e 10 anos de conclusão do curso.
- (B) fomentar um maior envolvimento dos discentes na vida acadêmica e servir como sistema de pressão para docentes e funcionários, mediante a atribuição de conceitos e notas.
- (C) aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação.
- (D) identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.
- (E) verificar as habilidades dos estudantes para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão.

47. A avaliação dos cursos de graduação, conforme artigo 4º, § 1º da referida lei, utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais, obrigatoriamente,

- (A) um questionário aplicado aos estudantes sobre a adequação das questões pedagógicas e de gestão desenvolvidas pelos docentes dos cursos.
- (B) as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas de conhecimento dos cursos.
- (C) um questionário aplicado à comunidade acadêmica acerca da eficiência da gestão do reitor e da competência dos professores dos cursos.
- (D) a avaliação do uso das bibliotecas e laboratórios pelo público interno e externo à instituição.
- (E) avaliação do impacto dos cursos na comunidade do entorno da instituição e na formação dos alunos egressos.

48. Zoe Priscila é pedagoga e concorda que, quando falamos de avaliação, não estamos a falar de um fato pontual ou de um ato singular, mas de um conjunto de fases que se condicionam mutuamente. Esse conjunto de fases ordena-se sequencialmente (num processo) e atua integradamente (num sistema). Por sua vez, a avaliação não é (não deveria ser) algo separado do processo de ensino-aprendizagem, não é um apêndice independente do referido processo (está nesse processo) e joga um papel específico em relação ao conjunto de componentes que integram o ensino como um todo (está num sistema). Em oposição a isso, a função classificatória subtrai da prática da avaliação aquilo que lhe é constitutivo:

- (A) uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar os avanços, as resistências e as dificuldades dos alunos.
- (B) a mensuração na elaboração de testes e instrumentos para verificação do rendimento escolar de todos os alunos.
- (C) a análise e descrição do que foi sucesso e fracasso no sistema de avaliação, promovendo uma educação de qualidade para todos.
- (D) a definição de objetivos para a posterior verificação por meio de testes, concluindo se os objetivos foram atingidos ou não.
- (E) a verificação de mudanças comportamentais que constituiriam os objetivos da ação política e pedagógica.

49. O tema da autonomia nas universidades brasileiras – públicas ou não – continua sendo um debate inconcluso. Assegurada em seu aspecto formal pela Constituição Federal de 1988, conquistar sua dimensão substantiva tem sido, desde então, o desafio de todas as instituições universitárias. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFABC, A construção da autonomia implica o duplo movimento de
- (A) garantir o bem-estar e a segurança da comunidade acadêmica no seu interior e repelir intervenções de segurança pública externa.
 - (B) dialogar com o seu exterior e excluir-se da relação com o contexto externo à universidade.
 - (C) autorregular-se internamente e, ao mesmo tempo, desafiar as interdições impostas pelo tempo histórico.
 - (D) decidir internamente a aplicação de seus recursos e repelir qualquer interferência de órgãos externos à universidade.
 - (E) ampliar a concepção de universidade como um espaço democrático e manter a eleição indireta na escolha de seus dirigentes.
50. O planejamento institucional das organizações públicas deve estabelecer prioridades sustentáveis e consistentes, no sentido de utilizar os recursos públicos em ações que tragam benefícios efetivos para a sociedade. A busca pela eficácia, eficiência, efetividade e economicidade é uma prioridade constitucional e, portanto, legal do Estado brasileiro, sendo a melhoria contínua da gestão pública o modo de alcançá-las. De acordo com o PDI da UFABC, o planejamento para o desenvolvimento institucional fundamenta-se em três projetos principais:
- (A) Desenvolvimento sustentável, Planejamento eficaz e Cultura institucional.
 - (B) Planejamento eficaz, Planejamento institucional e Planejamento orçamentário.
 - (C) Eficácia institucional, Eficiência burocrática e Excelência humana.
 - (D) Planejamento de processos, Mapeamento institucional e Cultura institucional.
 - (E) Planejamento institucional, Mapeamento de competências e Mapeamento de processos.
51. Acerca da organização da educação nacional, o artigo 8º da Lei nº 9.394/96, LDBEN, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizam, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Além da coordenação da política nacional de educação, em relação às demais instâncias educacionais, a União exercerá função
- (A) exclusiva e privativa.
 - (B) complementar e prioritária.
 - (C) suplementar e concorrente.
 - (D) normativa, redistributiva e supletiva.
 - (E) regulamentar, prioritária e complementar.
52. Segundo o artigo 16 da Lei nº 9.394/96, LDBEN, o sistema federal de ensino compreende, dentre outras, as instituições de
- (A) educação superior mantidas pelo Poder Público municipal e os órgãos federais de educação.
 - (B) ensino mantidas pela União e os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal.
 - (C) educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada e as instituições de ensino mantidas pela União.
 - (D) educação superior mantidas pelo Poder Público municipal e as instituições de ensino mantidas pelo Distrito Federal.
 - (E) educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação.
53. O diretor de hoje, por mais bem intencionado que seja, é levado a concentrar em suas mãos todas as decisões, acabando por mostrar-se autoritário e defensor da burocracia e do Estado. E de pouco adianta, como tem mostrado a prática, um conselho de escola, por mais deliberativo que seja, se a função política de tal colegiado fica inteiramente prejudicada pela circunstância de que a autoridade máxima e absoluta dentro da escola é o diretor. Isso evidencia a urgência de uma reestruturação administrativa da escola pública visando a uma gestão escolar consistente. Um exemplo dessa urgência diz respeito aos Conselhos de classe ou série. Hoje, esses Conselhos atêm-se às questões de avaliação do rendimento discente com, pelo menos, dois desvios de suas funções:
- (A) usurpação do papel de avaliar do professor e desconsideração da avaliação dos alunos feita pelo professor.
 - (B) criação de critérios de avaliação a serem adotados pelos professores e delimitação do que seja uma avaliação formativa.
 - (C) redução da avaliação do aluno à verificação e atribuição da culpa do fracasso ao aluno.
 - (D) valorização da avaliação somente no fim do ano letivo e preocupação excessiva com a avaliação diagnóstica.
 - (E) supervalorização da avaliação do professor feita pelos alunos e entendimento da avaliação como mediação do ensino-aprendizagem.

54. A Lei nº 9.394/96, LDBEN, em seu artigo 3º, VIII, estabelece a gestão democrática como um princípio do ensino. Já a meta 19 do PNE visa assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. Acerca da relação entre gestão democrática e financiamento da educação, é correto afirmar que a meta 19 do PNE prevê como estratégia, entre outras,
- (A) prioridade no repasse de transferências voluntárias da União para os entes federados que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.
 - (B) que as escolas devem ter não apenas autonomia pedagógica e administrativa mas também autonomia de gestão financeira, o que implica a prerrogativa de gerir, sem interferências externas e internas, os recursos financeiros que lhes foram legalmente destinados.
 - (C) a total transparência e publicidade na gestão dos recursos financeiros cujo uso e cuja destinação foram decididos pela direção da escola e não pela apreciação do conselho de escola e da comunidade escolar, em última instância.
 - (D) o dever dos conselhos escolares e municipais de determinar a destinação dos recursos públicos na área de educação, e o direito dos grêmios estudantis e das associações de pais, amparados no princípio da transparência, de ter ciência do uso dos recursos.
 - (E) a prerrogativa dos conselhos escolares e dos conselhos municipais de educação de participar da fiscalização da gestão dos recursos públicos, sem, todavia, ter funcionamento autônomo para não ferir a autonomia da escola.
55. Para mudar a avaliação, não basta articular um discurso novo, não adianta ter uma nova concepção e continuar com práticas arcaicas. É necessário construir uma práxis transformadora. A práxis, enquanto atividade específica do ser humano, é
- (A) a fusão entre a ação e a reflexão em uma mesma atividade.
 - (B) a ação informada pela reflexão e a reflexão desafiada pela ação.
 - (C) a valorização da prática que evita o ativismo estéril.
 - (D) a valorização da reflexão que evita o verbalismo.
 - (E) a reflexão-ação pautada por mecanismos não conscientes.
56. A Política Afirmativa da UFABC foi criada com a intenção de garantir as condições de acesso e permanência no ensino superior público, gratuito e de qualidade a uma parcela da população que foi historicamente alijada desta possibilidade. Em relação à reserva de vagas de caráter étnico-racial, a lógica adotada pela Política Afirmativa da UFABC, em seu PDI, é a de que
- (A) o incentivo à entrada de cidadãos negros e indígenas na universidade irá contribuir para aumentar quantitativamente a presença destes grupos com diploma de ensino superior, como estímulo para a democracia racial.
 - (B) o processo de inclusão social deve ser visto como uma oportunidade de desenvolvimento de talentos que usualmente não teriam acesso ao ensino superior.
 - (C) o diploma de ensino superior ajuda a superar a inferioridade salarial e de escolaridade dos negros em relação aos brancos, ainda que se reconheça que o Brasil não é um país racista.
 - (D) a sociedade brasileira terá maior propensão a aceitar negros e indígenas quando estes possuírem a mesma formação que os brancos, corroborando, assim, com a democracia racial.
 - (E) enquanto não se melhora a educação básica, é necessário admitir a necessidade das cotas no ensino superior como mecanismo de extirpação do preconceito em nosso país.
57. O projeto político-pedagógico representa um desafio em busca de novas trilhas para a escola. Nesse ato de trilhar em direção à qualidade do processo educativo, de um lado, é necessário refletir sobre as relações mais amplas da escola com as políticas públicas; de outro, é fundamental compreender os pressupostos que devem embasar a construção do projeto político-pedagógico (PPP) da instituição educativa numa visão emancipadora. Nesse sentido, um pressuposto importante para a construção do PPP é
- (A) a ação exercida pelos órgãos centrais da administração educacional no sentido de determinar conteúdos político-sociais importantes para a escola.
 - (B) o planejamento estratégico que minimiza o descompromisso de profissionais da educação com a escola pública.
 - (C) a padronização do pensamento na escola em favor da democracia, da liberdade e da negação do conservadorismo.
 - (D) o exercício da participação em suas dimensões administrativa, financeira e pedagógica.
 - (E) a racionalização da organização da escola visando uma gestão escolar mais eficiente e participativa.

- 58.** O conhecimento não tem sentido em si mesmo. É uma forma de compreender e intervir eticamente no mundo do próprio conhecimento; portanto, na construção do conhecimento significativo. Nessa concepção, a avaliação deve se preocupar em
- (A) evidenciar e refletir desempenhos em múltiplas dimensões.
 - (B) verificar a capacidade do aluno de assimilar conhecimentos significativos.
 - (C) classificar o desempenho dos alunos no processo de aprendizagem.
 - (D) separar os aspectos cognitivos dos afetivos e atitudinais.
 - (E) estimular a dedicação do aluno na reprodução do conhecimento.
- 59.** Sobre o direito à educação e o dever de educar, de acordo com o artigo 5º, § 2º da Lei nº 9.394/96, LDBEN, é correto afirmar que
- (A) o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos portadores de necessidades educacionais especiais.
 - (B) comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por contravenção penal.
 - (C) para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, dependendo da escolarização anterior.
 - (D) é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, sendo dever do poder público zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
 - (E) em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino.
- 60.** Refletir sobre inovações pedagógicas no ensino superior nos encaminha necessariamente à questão do projeto político-pedagógico (PPP) como aquele que enfatiza a organização curricular, confere-lhe organicidade e permite que suas ações adquiram relevância. A falta de clareza reduz qualquer curso a uma grade curricular fragmentada, uma vez que até mesmo as ementas e as bibliografias perdem sua razão de ser. Todavia, o PPP não pode ser utilizado apenas como modismo. Como modismo, a referência ao PPP apresenta alguns riscos, como a utilização pouca criteriosa do termo e a falta de clareza na compreensão da ideia de projeto. É preciso diferenciar o uso do PPP como modismo e como inovação. Como modismo, ele tem um caráter
- (A) de ruptura e conflito.
 - (B) transformador e transparente.
 - (C) regulador e normativo.
 - (D) de legitimidade e estabilidade.
 - (E) intencional e previsível.

